

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.471.708 - RS (2019/0079163-7)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : CHOCOLATE DO PARKE LTDA**  
**ADVOGADO : CIANE MENEGUZZI PISTORELLO - RS078174**  
**AGRAVADO : RINALDI S/A - INDÚSTRIA DE PNEUMÁTICOS**  
**ADVOGADOS : RENATO INVERNIZZI E OUTRO(S) - RS046445**  
**NATALIA DANTAS MASSINE - RS086476A**  
**NILVANA CESCA - RS0070097**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por CHOCOLATE DO PARKE LTDA, contra decisão que inadmitiu recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, de acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n.ºs 02 e 03, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, inclusive; ou, se publicada a partir de 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Mediante análise do recurso de CHOCOLATE DO PARKE LTDA, apesar de ter sido juntada, a guia de recolhimento das custas devidas ao Superior Tribunal de Justiça encontra-se ilegível, impossibilitando a verificação da regularidade do preparo.

O Superior Tribunal de Justiça consolidou o entendimento "no sentido de que os recursos dirigidos a esta Corte Superior devem estar acompanhados das guias de recolhimento e dos respectivos comprovantes de pagamento, de forma visível e legível, no momento de sua interposição, sob pena de deserção" (AgRg no AREsp 731.504/PR, Rel. Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 05/10/2017).

Dessa forma, é "firme a jurisprudência desta Corte no sentido de que a juntada de guias de preparo ilegíveis atrai o Enunciado da Súmula 187/STJ, implicando a deserção do recurso especial" (AgInt no AREsp 1039483/PE, Rel. Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe de 26/06/2018).

Ainda, percebeu-se, no STJ, haver irregularidade no recolhimento do

preparo. A parte, embora regularmente intimada para sanar referido vício, não regularizou, uma vez que, nos documentos juntados às fls. 449/450, há divergência entre o número constante no código de barras das guias de preparo e seu respectivo comprovante de pagamento.

Registre-se que este STJ consolidou o entendimento de que a "ausência de correspondência entre o código de barras da guia de recolhimento e o comprovante de pagamento enseja irregularidade no preparo do recurso especial, e, portanto, sua deserção" (AgInt no AREsp 1132940/PR, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 28/08/2018).

Dessa forma, o recurso especial não foi devida e oportunamente preparado, incidindo, na espécie, o disposto na Súmula n. 187 do STJ, o que leva à deserção do recurso. .

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor da parte recorrente, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Ante o exposto, **com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
Presidente